

Hospitalidade dos Espaços Públicos

Luana Lacaze de Camargo Casella

Doutora em Geografia Física pela USP

Docente da Graduação e Pós Graduação do Centro Universitário Nove de Julho

lcasella@uninove.br

Rua Desembargador do Vale, 81 – Apto 82A - Perdizes – São Paulo- 05010-040

RESUMO

As cidades, como consequência de um crescimento populacional que não foi acompanhado pelo seu desenvolvimento social, acabaram por perder o seu significado de local de acolhimento e de construção e fortalecimento de laços afetivos entre as pessoas, tornando-se terra de ninguém. Dessa maneira, o sucateamento e abandono dos espaços públicos e a privatização de algumas áreas, contribuíram para o desenvolvimento de áreas de segregação em uma mesma localidade, com qualidade de vida também diferenciada. Mas se considerarmos que uma cidade para ser acolhedora ou hospitaleira para com seus visitantes deve, antes de qualquer coisa, o ser com os seus moradores, a busca da qualidade de vida pelo município torna-se fundamental, sendo o início do desenvolvimento da hospitalidade municipal, necessitando da participação do poder público e de toda a sociedade civil.

PALAVRAS-CHAVES: Hospitalidade; Espaços Públicos; Qualidade de Vida; Segregação.

ABSTRACT

Hospitality of public spaces:

Possibilities and difficulties in turning them welcoming

As a consequence of population growth that was not followed by social development, cities have lost their meaning as welcoming sites for building and strengthening relationships between people, turning into “no man’s land”. As such, the deterioration and abandonment of public spaces, as well as the privatization of certain spaces, have contributed to the development of segregation areas – in which quality of life is also differentiated – within a given locality, increasing the sense of exclusion of a society already segregated in its own city. If we do consider, however, that for a city to be welcoming or hospitable for its visitors, it must, in the first place, be so for its own citizens, the municipality’s search for quality of life becomes fundamental. It represents the beginning of the development of municipal hospitality, being intimately connected to public power, although requiring the involvement of all civil society.

KEY WORDS: Hospitality; public spaces; quality of life; segregation

Introdução

Os espaços públicos compreendem todas as áreas de uso comum da coletividade, muitas vezes sob os cuidados do poder público, mas não eximindo a responsabilidade que a sociedade, como um todo, deve ter para com eles.

Entretanto, se esses espaços já foram importantes locais de encontros e acolhimento, com a modernidade, foram se reduzindo a locais de passagem e não mais de estada, tornando-se, muitas vezes, locais de degradação e marginalidade. Essa perda de importância dos espaços públicos também reflete, em muito, a perda da sociabilidade das pessoas que, cada vez mais, estão recolhidas em seus cotidianos doméstico e profissional.

Embora seja um fenômeno mundial, os países em desenvolvimento tendem a sofrer mais essa perda de identidade dos espaços públicos, também como consequência do surgimento e crescimento acelerado e desorganizado de suas cidades.

Isso pode ser observado pela rápida urbanização que o Brasil sofreu, ocorrida nos últimos 50 anos, deixando de ser uma nação predominantemente rural e se tornando cada vez mais urbana.

O censo do IBGE de 2000 estimou que 81,25% da população brasileira, cerca de 138 milhões de brasileiros, estavam residindo em áreas urbanas, contra os 18 milhões de brasileiros citadinos em 1950.

Esse inchaço das cidades, com demandas sociais urbanas cada vez maiores, pleiteando saúde, transporte, educação, habitação, segurança, etc., não foi acompanhado de um crescimento da infra-estrutura, visto que Estados e Prefeituras passavam por graves problemas financeiros. Como consequência, criou-se um cenário urbano desastroso, com espaços desordenados: esgotos e lixões a céu aberto, poluição das águas e do solo, ocupação de encostas e áreas de mananciais, favelização, enchentes, aterros clandestinos, verticalização, concentração e irregularidade das construções, descaso com os espaços públicos e sua privatização, etc.

Se as cidades já estavam despreparadas para garantir qualidade de vida quando começou o inchaço das áreas urbanas, com o advento do turismo a situação só se agravou, pois implicou tanto em um aumento de demanda fixa como sazonal.

Além disso, muitas cidades que desenvolvem o turismo, privilegiam as expectativas e desejos dos turistas, (re) organizando localidades em função disso, mesmo que em detrimento do restante do município e das expectativas e desejos da comunidade local. O ápice dessa tendência são os não lugares turísticos: espaços rigorosamente pensados e executados em cima de pesquisas de opinião de turistas e trabalhadores de áreas afins e, portanto, sem comunidade local.

Tem-se, então, um descaso com o residente que deveria ser o principal ou um dos principais objetivos de qualquer política de uso e ocupação da terra: a organização da municipalidade para promover a qualidade de vida de sua população local e, como consequência dessa melhora para o bem estar coletivo, um município preparado para receber o turista.

Paralelamente a esta tendência em moldar ou criar espaços turísticos, tem-se, de um lado, o fenômeno da privatização dos espaços com apelo comercial e, do outro, o sucateamento e esvaziamento do espaço público, ora ocupada pela marginalidade.

Surgem, então, duas questões norteadoras para qualquer plano de desenvolvimento turístico, urbano e de hospitalidade.

Se os espaços públicos são os que primeiro recebem o turista, através de suas ruas, calçadas, sinalizações, etc., como deixá-los de lado?

Embora as localidades turísticas encontrem-se em um cenário de desordem urbana, como transformá-las em um local acolhedor, com pessoas acolhedoras?

Do outro lado, mas também de suma importância para a organização das localidades como destino turístico, estariam as atividades de recepcionar, hospedar, alimentar e entreter o turista, também campo de estudo da hospitalidade comercial ou profissional.

Portanto, independente do campo de atuação de cada disciplina, o ponto de partida para o bem receber estaria focado na localidade, tanto do ponto de vista da (re)organização do espaço, público e privado, como das atividades para atender as necessidades dos turistas, considerando sempre a comunidade local.

Segregação espacial: causa ou efeito do sucateamento dos espaços públicos?

Muitas das políticas públicas atuais investem maciçamente em equipamentos, serviços e infra-estrutura básica em áreas que atendem a uma demanda sazonal – os turistas – mas que mantêm a economia da localidade turística, em detrimento das necessidades e/ou prioridades da população local.

Nessa visão, conciliar as duas realidades, que diferem apenas na temporalidade das necessidades e/ou prioridades, é inconcebível, ainda que se trate de uma mesma localidade.

Como resultado, tem-se, em um mesmo município, a produção de espaços ou áreas de segregação de acordo com o nível sócio-econômico e cultural, o que também resulta em diferenciações no nível de qualidade de vida. Isso decorre, pois o espaço urbano tem sua construção direcionada pelas leis de mercado, não estando voltado ao bem-estar da população local, o que acaba gerando a segregação sócio-espacial, com diferentes formas de acesso a terra.

SPOSITO (1996) define segregação espacial como o resultado de um processo de diferenciação que se desenvolve ao extremo e que leva, na cidade, ao rompimento da comunicação entre as pessoas, da circulação entre os sub-espços, do diálogo entre as diferenças, conduzindo à fragmentação do espaço urbano. As diferenciações urbanas e a geração de espaços complexos e de contradições resultam em conflitos sociais e em relações segregadoras, demonstrando, não apenas ser um reflexo da sociedade, como também definindo o espaço como agente de concentração de renda.

Para SEABRA (1991), tanto a segregação espacial como as diferentes formas de acesso a terra e os problemas ambientais urbanos são resultantes do processo de produção de espaço e esse, enquanto problema, revela também as carências com que foram produzidos.

A segregação espacial em guetos, como os condomínios fechados, cada vez mais presentes nos dias de hoje é, em muitos aspectos, conseqüência da vida urbana que construímos ao longo do século XX.

A evolução científica e tecnológica, em quase todos os níveis do conhecimento, não ajudaram na vida em coletividade, mas sim, para a vida da coletividade. O paradoxo talvez seja este: temos conhecimento e informação, mas vivemos cada vez com menos

qualidade e isolados em nossas casas, onde, logicamente, temos acesso, mesmo que virtual, a quase tudo.

A “decadência” da vida em sociedade, com maior isolamento pessoal e cultivo à privacidade e/ou intimidade, coincide com a redução do domínio público em geral, e dos espaços públicos em particular, o que se observa a partir da década de 50.

Para GLUSBERG (1996), os lugares públicos vêm perdendo espaço e função de centro aglutinador de pessoas ao longo da história, tornando-se cada vez menores e com menos qualidade nas cidades atuais, ou, como chama o autor, nas cidades industriais.

Para ele, corroborando com uma das premissas do presente trabalho, recuperar o lugar público é iniciar a recuperação da cidade como domínio público em termos de participação política, administrativa, estética e ética e, como entorno humano, em termos de intervenção social: vida, recreação e saúde.

Não basta apenas a criação de mais lugares públicos, mas sim da requalificação de seus usos, enfatizando que são de todos e para todos e de cada um para cada um. Quando a sociedade perceber isso, talvez seja facilitada e viabilizada a participação de todos no cuidado e manutenção de nossas cidades que deixarão de ser espaços de ninguém para se tornarem lugares de todos nós.

Muitas podem ser as razões da segregação sócio-espacial que já é uma realidade brasileira. As razões podem variar desde o não cumprimento das necessidades básicas dos indivíduos, que não saberiam se organizar politicamente e, portanto, conhecer ou reivindicar seus direitos, até a necessidade de os indivíduos sócio-economicamente mais avantajados criarem ou frequentarem espaços diferentes dos seus desiguais, com maior qualidade urbano-ambiental e, conseqüentemente, com qualidade de vida maior.

Para isso, essa elite banca seus espaços, além dos tantos impostos já pagos. Ou seja, o poder econômico possibilita escolher onde, como e quando estar, mas, mesmo fechando-se em guetos, não conseguem afastar a violência e a visão dos desiguais de seus cotidianos.

Isso dita uma nova tendência que surgiu na década de 80 e intensificou-se com o aparecimento das segundas residências, não só nas localidades turísticas, mas também está presente nas regiões periféricas ou municípios vizinhos próximos às grandes metrópoles, como é o caso de Alphaville e Tamboré, em São Paulo: condomínios

fechados, cercados por muros e segurança privada, com boa infra-estrutura e qualidade de vida.

Para MILTON SANTOS (1990), “medrosos da violência urbana, causada pela extrema pobreza de centenas de milhares de habitantes urbanos, proprietários e inquilinos criam verdadeiros “guetos” às avessas, isolando-se dentro de suas mansões e apartamentos, militarmente guardados por policiais privados armados, além da vasta criadagem dedicada à segurança dos moradores”, referindo-se a esse estilo de moradia.

Qualidade de vida: fator indispensável para a hospitalidade

Em um primeiro momento, discutiremos a necessidade da qualidade de vida para todos os cidadãos, como um componente importante na formação de uma sociedade ativa e participativa.

Existe uma forte relação de uso e ocupação de áreas de baixa qualidade de vida com populações de baixa renda, que geralmente sofrem submissão política, econômica, social e cultural.

Entende-se por qualidade de vida, o que HERCULANO (1992) define como a soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas, coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para que estes possam realizar suas potencialidades, a partir de escolhas individuais.

Existem duas fases que compõem qualidade de vida:

- Necessidades básicas ou direitos mínimos (WILHEIN, 1982), por meio dos quais é possível proporcionar ao indivíduo condições para o seu desenvolvimento em sociedade e oferecer-lhe as oportunidades para a realização de uma vida digna, destacando a habitação, alimentação, saúde (física e mental), segurança, renda e instruções mínimas;

- Efetivações (SEN, 1993), que é tudo aquilo que o indivíduo consegue realizar a partir do que lhe foi oferecido, ou seja, o que ele consegue fazer ou ser, refletindo uma parte de suas potencialidades. As efetivações podem variar desde alimentação e saúde adequadas até a participação comunitária e o desenvolvimento do auto-respeito.

Ou seja, para que o indivíduo possa escolher o que melhor lhe agrada ou lhe satisfaz, tornando-o um ser humano completo, necessita já ter satisfeito suas

necessidades básicas, para, a partir daí, usufruir e desenvolver suas potencialidades, buscando sua realização ou felicidade.

Em países em desenvolvimento como o Brasil, com muitas desigualdades sociais, grande parcela da população não tem acesso às necessidades mais básicas, como alimentação, saúde, trabalho e segurança, o que dirá de renda e instrução. Mais difícil ainda é alcançar sua realização pessoal.

Como exigir dessas pessoas que pensem coletivamente? No âmbito desse trabalho, como exigir que pensem em respeitar espaços públicos, se não possuem seu próprio espaço privado ou este não tem um mínimo de qualidade, tanto urbana quanto ambiental, num total desrespeito do poder público?

Não se pode exigir desses indivíduos, que ainda não conseguiram desenvolver seu auto-respeito ou sua realização individual, pois ainda buscam sanar necessidades básicas imediatas, que saibam viver em coletividade, com participação comunitária ativa, reivindicando soluções para problemas em escalas superiores ao seu cotidiano, seja no seu bairro, seja em sua cidade ou em seu país, quanto mais no âmbito global.

O desrespeito pelo espaço público também pode ser uma consequência do mundo globalizado. Em um estudo que discute a transgressão no uso do espaço público por indivíduos particulares em situações cotidianas, BARRETO (1999) faz um levantamento do que seriam as raízes dessa transgressão, entendida como desvios de comportamento que não chegam a constituir delitos graves, desmistificando que essas atitudes são tipicamente brasileiras ou latino-americanas, pois estão presentes em todo o mundo, tendo se iniciado com a industrialização e acentuado-se com o capitalismo, como resposta a uma época de insegurança e de descartabilidade do ser humano. Dentro desse mundo de relações perversas, o homem passa a criar uma cultura de trapaça para se safar das ameaças que o cercam, a “psicologia da esperteza” (Lasch (1984); Barreto, op.cit.).

De acordo com Castells (1977 apud Barreto, op.cit.), as grandes cidades têm como características principais, maior tamanho, maior densidade populacional e maior heterogeneidade. A maior dimensão traz, como consequência, a perda dos laços comunitários, maior competição e maior segmentação e transitoriedade das relações sociais. Do ponto de vista psicológico, propicia o caráter esquizóide, a anomia, a propensão às extravagâncias para fugir do anonimato.

Portanto, o abuso e mau-trato do espaço público seriam formas de chamar a atenção, onde a pessoa se diferenciaria ou, nas palavras de Simmel (1978 apud Barreto, op.cit.), “continuará a ser alguém nessa sociedade indiferenciada, tecnicada (...) onde a pessoa precisa enfrentar a dificuldade de afirmar sua própria personalidade no campo abrangido pelas dimensões da vida metropolitana”.

Uma explicação para o mau-trato dos espaços públicos funcionaria como uma resposta psíquica dos indivíduos as grandes cidades e a alta densidade populacional, funcionando como um mecanismo de defesa contra os múltiplos estímulos da vida urbana.

Como isso não foi sempre assim, pois as primeiras cidades medievais eram comparadas a templos, oferecendo segurança e contato humano aos seus habitantes, devido a seus espaços fechados e pequenos, estando sempre agrupada em torno de um centro: o mercado (Thune apud Barreto, op.cit.), a forma pela qual caminham as cidades atualmente, rumo a subdivisão dos bairros em condomínios fechados, estaria atendendo, para além da justificativa elaborada, conscientemente, da necessidade de segurança, ao fato de que os seres humanos precisam dessa vida em pequenos centros (Barreto, op.cit.).

Portanto, a (re)organização do espaço, público e privado, deve ser feita a partir de uma ótica que busque resgatar o sentimento de coletividade e de responsabilidade compartilhada entre a sociedade e o poder público, permitindo assim, a (re)construção dos laços de afetividade com as nossas cidades, sendo o primeiro passo para o resgate da hospitalidade da população local entre si, como para com os visitantes ou turistas.

Considerações Finais

A busca pela qualidade de vida é um dos temas que mais se ouve falar atualmente, como conseqüência de um crescimento populacional que não foi acompanhado pelo desenvolvimento das cidades, que acabaram por perder o seu significado de local de acolhimento e de construção e fortalecimento de laços afetivos entre as pessoas. Como conseqüência, as cidades, com seus espaços públicos e privados, acabaram por se tornar terra de ninguém, com a privatização de espaços, pelo poder econômico dominante e o abandono dos espaços públicos, pelo poder público e

sociedade civil, desenvolvendo espaços de segregação em uma mesma localidade. Além disso, a qualidade de vida entre esses espaços também é diferenciada, aumentando o sentimento de exclusão por parte da sociedade que já está segregada em sua própria cidade.

Mas se considerarmos que uma cidade para ser acolhedora ou hospitaleira para com seus visitantes deve, antes de qualquer coisa, o ser com os seus moradores, a busca da qualidade de vida municipal torna-se fundamental.

Embora lembrando que cada caso tem suas especificidades, tem-se que, independente da localidade, a qualidade de vida é constituída, primeiramente, pela satisfação dos direitos mínimos ou necessidades básicas das pessoas, tais como: habitação, alimentação, saúde (física e mental), segurança, renda e instruções mínimas. A partir daí, elas serão capazes de usufruir e desenvolver suas potencialidades, buscando suas realizações ou felicidade.

Portanto, o início do desenvolvimento da hospitalidade municipal é oferecer qualidade de vida para seus moradores, estando intimamente ligado ao poder público municipal, mas necessitando, também, da participação de toda a sociedade civil. Ou seja, deve-se orientar o desenvolvimento municipal a partir do seu morador, ou seja, pela busca da sua satisfação pessoal e com a sua cidade. Isso também evitaria que os espaços de uso público sejam transgredidos pelo descaso e mau-trato (ou trato nenhum) pelo poder público ou pela coletividade.

Para isso, torna-se prioritária campanhas de esclarecimento constantes junto à população, mostrando a importância de se manterem em bom estado de uso os espaços públicos existentes e de se pleitear mais áreas, já que são lugares que favorecem as relações sociais de uso coletivo e bem comum da sociedade.

Mas por qual razão a comunidade cumpriria seus deveres se não tem direitos muitos assegurados? Faz-se necessário, portanto, o aprimoramento da cidadania, definindo os direitos e deveres de cada um. Somente existindo o interesse da comunidade pelo seu município e, conseqüentemente, uma relação de estima pelo seu espaço público é que despertará o interesse e o respeito dos turistas para com a municipalidade visitada. Além do mais, ao imprimir qualidade de vida à população local, preservando o espaço público e garantindo a essência cotidiana dessa comunidade,

pode-se criar um diferencial que, na visão do turista, torna-se atraente e, portanto, digno de ser visitado.

Referências Bibliográficas

- BARRETO, Margarita. *Espaço Público: usos e abusos*. In: *Turismo, Espaço, Paisagem e Cultura*. São Paulo. Hucitec. 1999.
- GLUSBERG, Jorge. *Ressurreição do Lugar Público*. In: *Arquitetura e Urbanismo*. Ano 11. São Paulo: PINI editora. Abr/Mai 1996.
- HERCULANO, Selene C. *A Qualidade de Vida e seus Indicadores*. In: *Revista Ambiente e Sociedade* 1(2).Campinas. 1992.
- _____ *Como passar do insuportável ao sofrível*. In: *Tempo e Presença*. São Paulo. CEDI. 1992.
- SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo. Nobel. 1996. 142p.
- SEABRA, Odete C. *A muralha que cerca o mar - uma modalidade de uso do solo urbano*. São Paulo. 1979. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. SP.
- SEN, A. *O Desenvolvimento como Expansão da Capacidade*. In: *Lua Nova*. São Paulo. CEDEC. 1993.
- SPOSITO, M.E.B. *Evolução Urbana e Segregação Espacial*. Anais do XXVI Semana de Estudos Geográficos: Urbanização Reflexos e Tendências. Rio Claro. CAEGE/UNESP.1996.
- WILHEIM, J. *Qualidade de Vida e tecnologias Alternativas*. Seminário Tecnologias Apropriadas para os Assentamentos Humanos. São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. 1982